

CARTA DE
HOLAMBRA-SP
CONTRIBUIÇÕES DO
V FBGA 2025 À COP 30





INTRODUÇÃO

Nós, participantes do V Fórum Brasil de Gestão Ambiental (V FBGA), reunidos entre os dias 21 e 23 de maio de 2025, na cidade de Holambra, estado de São Paulo, Brasil, reafirmamos nosso compromisso com a construção de um futuro sustentável, justo e inclusivo. À luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 da ONU e inspirados pelas reflexões, debates e experiências compartilhadas durante o encontro de 03 dias por mais de 150 painelistas e um público de mais de 5 mil participantes nacionais e internacionais, representando governos, iniciativa privada, academia e terceiro setor, apresentamos às lideranças reunidas na COP 30 em Belém do Pará, as seguintes propostas para deliberação e norteamiento de discussões, organizadas em eixos estratégicos.



1. ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E TRANSIÇÃO JUSTA

- Estabelecer metas globais vinculantes para redução das emissões de gases de efeito estufa, com monitoramento transparente e participação social, vinculando metas climáticas nacionais a sanções e benefícios financeiros internacionais.
- Incentivar a integração entre ESG e políticas públicas para acelerar a transição energética, priorizando fontes renováveis, microgeração descentralizada e descarbonização da economia.
- Criar programas internacionais de fomento a projetos comunitários de adaptação climática, especialmente em países do Sul Global, estabelecendo financiamento climático de recursos climáticos entre países e regiões com maior vulnerabilidade.
- Fortalecer planos de adaptação para eventos extremos, com foco em prevenção com sistemas de alerta e resiliência comunitária, garantindo infraestrutura resiliente em áreas sujeitas a eventos climáticos extremos.
- Criar metas obrigatórias de transição para energias renováveis até 2030 para países desenvolvidos e 2040 para países em desenvolvimento.



2. ERRADICAÇÃO DA POBREZA, PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE, CRESCIMENTO ECONÔMICO, EQUIDADE DE GÊNERO E INCLUSÃO 50+.

- Implementar políticas de geração de renda baseadas em cadeias produtivas sustentáveis e economia circular, sobretudo estabelecendo programas de apoio a cadeias sustentáveis em comunidades vulneráveis.
- Garantir acesso equitativo a financiamento verde e tecnologias limpas para micro e pequenos empreendedores e criar fundos climáticos que priorizem a inclusão socioeconômica de famílias em situação de pobreza extrema.
- Criar indicadores globais de serviços ambientais prestado pela natureza preservada, recuperada ou regenerada.
- Estimular eco parques industriais e clusters de inovação limpa (Cleantechs e Biotechs), promovendo a geração de “empregos verdes” e capacitação profissional em setores sustentáveis.
- Assegurar que políticas climáticas incluam metas de equidade de gênero, empoderamento feminino e inclusão da terceira idade, com ampliação do acesso de mulheres e população 50 + a financiamento para projetos sustentáveis e inovação verde.

3. SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

- Apoiar práticas agroecológicas e de baixo impacto ambiental, assegurando incentivos fiscais e linhas de crédito específicas para a agroecologia e agricultura familiar.
- Integrar estratégias de combate à fome aos planos de adaptação climáticos nacionais, garantindo resiliência das cadeias de produção.
- Fomentar a inovação, pesquisa e desenvolvimento na cadeia produtiva do agronegócio a economia circular incentivando o uso de tecnologias limpas (irrigação eficiente, energias renováveis no campo, agricultura de precisão) e assegurando a manutenção da produção e resiliência climática.
- Estabelecer metas globais para redução do desperdício de alimentos e uso de embalagens não recicláveis.
- Incentivar parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e comunidades rurais para transferência de conhecimento, ampliando programas de assistência técnica e extensão rural focados em boas práticas de manejo sustentável, redução do uso de agrotóxicos e aumento da produtividade orgânica.



4. ÁGUA, SANEAMENTO E ECOSISTEMAS AQUÁTICOS

- Ampliar a cooperação internacional para proteção de mananciais e restauração de ecossistemas aquáticos.
- Desenvolver sistemas de monitoramento hídrico transfronteiriços para o controle da qualidade da água e proteção de mananciais.
- Criar mecanismos globais de combate à poluição por microplásticos, produtos químicos e poluentes emergentes (Fármacos, agroquímicos, PFAS, PFOS) no solo e corpos de água.
- Reforçar políticas públicas que garantam o acesso universal à água potável e ao saneamento básico como direito humano fundamental, priorizando investimentos em áreas rurais e comunidades vulneráveis tais como indígenas e quilombolas.
- Implementar zonas de proteção marinhas e costeiras que cubram ao menos 30% dos oceanos até 2030.



A glass globe is shown resting on a layer of brown soil. The globe is transparent, revealing a green, textured interior that resembles a map of the world. The background is a soft, out-of-focus green. The title '5. DIREITOS DA NATUREZA, PAZ E JUSTIÇA CLIMÁTICA' is written in a serif font to the right of the globe.

5. DIREITOS DA NATUREZA, PAZ E JUSTIÇA CLIMÁTICA

- Reconhecer juridicamente os direitos da natureza em Leis nacionais e tratados internacionais, incorporando saberes ancestrais e práticas de povos originários.
- Fortalecer políticas de governança e justiça climática com participação multissetorial e comunitária efetiva que priorizem comunidades vulneráveis tradicionais e povos originários em processos decisórios, promovendo equidade de gênero e inclusão social.
- Ampliar a restauração de ecossistemas degradados e corredores ecológicos.
- Incentivar a adoção de programas de certificação e rastreabilidade acreditados com reconhecimento internacional para produtos e serviços sustentáveis, tornando obrigatória a validação por organismos acreditados para o uso de selos e certificações ambientais em produtos e serviços.



6. CIDADES INTELIGENTES E RESILIENTES, TURISMO SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO

- Desenvolver padrões globais para cidades resilientes, incentivando a digitalização, mobilidade sustentável e gestão inteligente de resíduos.
- Implementar programas de urbanismo sustentável em comunidades vulneráveis e áreas periféricas.
- Apoiar o turismo sustentável como vetor de preservação ambiental e desenvolvimento local.
- Estimular a economia circular, inovação e tecnologia limpa (Cleantechs) como aceleradores da transição para economias de baixo carbono.
- Integrar ações de saúde pública à gestão ambiental, com foco na prevenção de doenças relacionadas à poluição e mudanças climáticas.
- Implementar padrões globais de qualidade do ar, ruídos, águas e saneamento para proteger a saúde coletiva.

7. GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO MULTINÍVEL

- Reforçar a cooperação entre governos nacionais, regionais e locais na implementação de políticas ambientais.
- Estabelecer redes intermunicipais e consórcios comprometidos com a neutralidade de carbono e o enfrentamento aos desafios ambientais comuns, especialmente em municípios de pequeno porte.
- Fortalecer a cooperação técnica e científica internacional, priorizando transferência de tecnologia verde.
- Criar programas nacionais e internacionais de intercâmbio e capacitação em sustentabilidade para educadores e gestores públicos, garantindo educação ambiental obrigatória e transversal em todos os programas de ensino.
- Integrar o mercado de carbono às metas nacionais de redução de emissões (NDCs), tornando-o instrumento de política climática
- Criar “fundos verdes” alimentados pela venda de créditos de carbono, destinados a inovação tecnológica e infraestrutura sustentável.
- Conceder incentivos fiscais para empresas que neutralizem suas emissões por meio de créditos certificados e de origem socialmente justa.
- Adotar critérios ESG verificados e auditáveis como pré-requisito para licitações públicas e contratos governamentais.





CONCLUSÃO

As propostas aqui apresentadas refletem a convicção de que a ação climática precisa ser integrada, urgente e colaborativa. O planeta caminha a passos largos para o ponto de não retorno e o Brasil, com seus aditivos naturais, potencial de energia de baixo carbono, sua diversidade biológica, cultural e social, tem papel estratégico e deve assumir protagonismo como líder global na construção e difusão de soluções sustentáveis. A COP 30 em Belém do Pará é oportunidade histórica para consolidar compromissos que garantam a vida e o bem-estar das presentes e futuras gerações.

Rogério de Oliveira Andrade
Presidente do FBGA

William Freitas
CVO do FBGA

Assinam em conjunto:

Representantes, especialistas, lideranças e participantes do **V Fórum Brasil de Gestão Ambiental – V FBGA 2025.**

FBGA
FÓRUM BRASIL DE
GESTÃO AMBIENTAL